




30 de outubro de 2024 | n° 99

28 de outubro: Dia do Servidor Público

A background image showing a group of diverse public servants in light blue uniforms, smiling and working. One man in the foreground is looking towards the camera, while others are in the background, some holding clipboards.

Na defesa do Estado e na
prestação de serviço de
qualidade à sociedade.

VEJA NESTA EDIÇÃO

- Escola Sindilex e Pública concluem Módulo 1 do 2º Curso de Formação Sindical
- TCU Aponta Falhas na Governança Climática do País
- Mensagem especial pelos 32 anos da FENASTC

AGENDA E EVENTOS IMPORTANTES

22 de outubro

Reunião com o presidente do TCM

O presidente do Sindilex, Daniel Santos, e o vice-presidente, Miguel Lima, foram recebidos pelo presidente do TCM, Eduardo Tuma, para tratar de pautas dos servidores do Tribunal de Contas.

Visita aos setores da Câmara Municipal

O presidente do Sindilex, Daniel Santos, e o vice-presidente, Miguel Lima, estiveram presentes na Câmara Municipal, visitaram setores e dialogaram com os servidores sobre as demandas da categoria.

23 de outubro

Plantão do Sindilex no TCM

O presidente do Sindilex, Daniel Santos, esteve presente no Tribunal de Contas, onde conversou com autoridades e dialogou com servidores de alguns setores sobre as demandas da categoria. O presidente também acompanhou a sessão plenária do Tribunal. Os plantões no TCM geralmente ocorrem às quartas-feiras pela manhã.

Reunião com Aprovados no Concurso do TCM

O presidente do Sindilex, Daniel Santos, realizou uma reunião online com a comissão de aprovados para o cadastro de reserva do concurso do TCM.

23 de outubro

Reunião com Gestores da Câmara

O vice-presidente do Sindilex, Miguel Lima, realizou uma reunião com gestores da Câmara, que conversou com representantes do Sindaf-SP – Sindicato dos Auditores Fiscais do Município. Na pauta, foram tratadas demandas dos servidores, em especial o teto remuneratório.

24 de outubro

Reunião com SGA da Câmara Municipal

O presidente do Sindilex, Daniel Santos, e o vice-presidente, Miguel Lima, realizaram uma reunião com o secretário-geral administrativo para tratar de pautas dos servidores da Câmara Municipal.

SINDICALISMO PELO BRASIL



Pública participa do 9º Plenafisco em Recife

A Pública Central do Servidor participou e discursou na abertura da 9ª Plenária Nacional do Fisco Estadual (Plenafisco), realizada no dia 22 de outubro, no Recife, Pernambuco.

O vice-presidente Wanderci Polaquini, o diretor de Políticas Sindicais e Associativas, Antônio Geraldo de Oliveira Seixas e o representante da Pública de Alagoas, Marcos Sérgio Ferreira Neto, representaram a Pública no evento.

A 9ª Plenafisco, organizada pela Fenafisco em parceria com o Sindicato do Grupo Ocupacional Administração Tributária do Estado de Pernambuco (Sindifisco-PE), teve como tema “O Protagonismo da Mulher na Política, Administração Pública e no Sindicalismo”.

O evento, que se estendeu até o dia 25 de outubro no Recife Expo Center, visou abordar o debate sobre a Reforma Tributária, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Lei Orgânica da Administração Tributária (LOAT) e as renúncias fiscais.

No entanto, o grande destaque coube à participação feminina na sociedade e no fisco, com tópicos sobre o enfrentamento do assédio no trabalho, os desafios das mulheres nos espaços de poder e a desconstrução do machismo estrutural.

[Leia mais clicando aqui](#)

SINDICALISMO PELO BRASIL



Escola Sindilex e Pública, com apoio da Fenastc, finalizam mais um curso de Formação Sindical

O Curso contou com professores como José Dirceu, Ladislau Dowbor e Luís Felipe Osório



Na última quinta-feira, 17 de outubro, foi concluído o Módulo 01 do 2º Curso de Formação Sindical, promovido pela Escola Sindilex e Pública, com o apoio da Fenastc e Astcom. A aula do professor Ladislau Dowbor, com o tema “Resgatar a Função Social da Economia – Uma Questão de Dignidade Humana”, encerrou o módulo que teve como tema central “Por Um Brasil para a Maioria dos Brasileiros”. O curso ofereceu uma análise crítica sobre o cenário econômico atual e o papel do Brasil no contexto mundial.

Com um total de 18 horas de aula, entre encontros presenciais e online, o curso abordou temas relevantes para o cenário sindical e para a sociedade, como:

- **Perspectivas Políticas e Jurídicas no Século XXI**
(Professor Camilo Onoda Caldas)
- **A Revolução Digital e a Sociedade à Beira da Ruptura**
(Professor Ladislau Dowbor)
- **Questão Israel-Palestina**
(Professor Luis Felipe Osório)
- **Rússia versus Ucrânia e OTAN**
(Professor Cláudio Rennó)
- **Colapso Ambiental e o Agravamento do Antropoceno**
(Professora Taylisi Leite)
- **Lutas Anticolonialistas no Continente Africano**
(Professor Leopoldo R. Soares)
- **Modelo de Desenvolvimento Chinês e BRICS**
(Professor Victor Barau)
- **Influência das Redes Sociais na Sociedade Brasileira**
(Professor Sérgio Amadeu)
- **Nova Reorganização Geopolítica e o Fim do Domínio Americano**
(Professor Victor Barau)
- **Teoria da Dependência**
(Professor Carlos Eduardo Rosa Martins)
- **Programa de Reindustrialização Brasileiro**
(Professor José Dirceu)

O curso teve como objetivo principal instrumentalizar os dirigentes sindicais para compreender a complexidade do cenário global e agir de forma consciente na transformação da realidade social. A coordenadora do curso, Sônia Alves, destacou a importância desse projeto: “Entregamos mais do que prometemos, com 18 horas de aprendizado intenso e a troca de conhecimentos entre professores e alunos. Nossa missão é capacitar os dirigentes sindicais para enfrentar os desafios das transformações econômicas e sociais que estamos vivendo.”

A Escola Sindilex e Pública agradece aos professores e professoras que generosamente compartilharam seus conhecimentos, colaborando para a construção de um Brasil mais justo e inclusivo.

O próximo módulo do curso com o tema “O Enfraquecimento dos Sindicatos, o Ataque às Democracias e as Ideologias de Domínio”, será anunciado em breve.

Para acessar os livros do Professor Ladislau Dowbor gratuitamente, visite: dowbor.org

Leia a opinião dos alunos:

Eu achei o curso poderoso para os militantes do socialismo, da esquerda, pessoas ligadas ao sindicalismo. Me senti contemplada complementando conhecimentos que eu ainda não tinha e, mais ainda, podendo ouvir vários pontos de vista dentro de uma mesma visão de mundo. Mas acho que deveríamos multiplicar este tipo de curso para pessoas que não têm conhecimento profundo na visão de mundo progressista. Com um linguajar mais popular. Mas sou muito grata ao SINDILEX por nos ter proporcionado este maravilhoso e rico curso.

Daniela Goldoni

*Obrigada Pública!
Mais que um curso, um aprendizado pra nós dirigentes de entidades de servidores públicos, que estamos nas trincheiras diárias pela inclusão social, pela igualdade e respeito. Ansiosa pelo próximo.*

Maricler Real

SINDICALISMO PELO BRASIL



Fenastc faz 32 Anos

Comemorar, homenagear e seguir na luta!

Em 11 de setembro de 1992, em Brasília, foi fundada a Federação Nacional das Entidades dos Servidores dos Tribunais de Contas do Brasil – FENASTC. Nossas homenagens aos fundadores e a todos e todas que contribuíram para a construção da Federação e das Associações de Servidores e dos Sindicatos. Nosso desafio, ainda atual, é conferir uma imagem nacional para categorias importantes para o Brasil, responsáveis pelo Controle Externo da União, Estados e Municípios. Unificar os Servidores, através de suas Entidades, Sindicatos e Associações, dos 33 Tribunais, é nossa meta.

Na Estrutura Sindical Brasileira, somos entidade de 2º grau, de alcance nacional. Buscamos representar cerca de 17 mil servidores ativos e, também, os colegas aposentados, do TCU, TCEs e TCMs no que compõe o Sistema Brasileiro de Controle Externo. Somos filiados - e ativos participantes - na CONACATE, Confederação Nacional das Funções e Carreiras Típicas de Estado e na construção da Central Sindical dos Servidores Públicos, a PÚBLICA.

A FENASTC é filiada à ULATOC/UITOC – União Latino Americana e União Internacional de Trabalhadores em Controle. Juntamos nossa voz com milhares de trabalhadores e trabalhadoras, para aprender e contribuir com a construção de um mundo de paz – em tempos de guerra - e prosperidade – quando poucos acumulam muito, numa economia de financeirização.

Organizar, dar voz e unir os trabalhadores do Setor Público e defender o Estado e o Serviço Público, nessa quadra da vida nacional, é parte relevante da nossa atuação.

Vivemos uma grave crise geracional dentro do Serviço Público, produzida pelas alterações Constitucionais das regras previdenciárias (agravadas pela Emenda Constitucional 103/2019, da CRFB). Acumulamos perdas importantes nos últimos anos. Devemos atuar, em solidariedade com todos os trabalhadores, para garantir direitos, historicamente conquistados.

Importa destacar que as condições de trabalho, de remuneração e de respeito profissional têm melhorado nos TCs, fruto da atuação dos Dirigentes Sindicais e da luta de suas Categorias.

Os Estados Nacionais seguem representando o processo civilizatório, bem como a possibilidade de desenvolvimento econômico e social. Necessariamente planejando e apoiando a ciência e a tecnologia. Por vezes intervindo diretamente criando infraestrutura ou regulando atividades de interesse público relevante.

A democracia segue sob ameaça, exigindo defesa. A ignorância e a desinformação facilitam a captura de frações importantes da população por demagogos e aventureiros.

Nosso olhar se dirige aos Tribunais de Contas do Futuro, onde a horizontalidade será determinante e a liderança se dará pelo exemplo e pelo conhecimento científico.

Os Tribunais de Contas Brasileiros são uma bela experiência Constitucional. Dotados de autonomia, autorizados e determinados para cumprir o papel do controle, fiscalizando receitas e despesas, contribuindo, por consequência, para o aprimoramento das políticas públicas, em defesa da cidadania e resultante de políticas públicas, em defesa da cidadania.

Defender e construir a Independência da Função de Auditoria, ao lado das bandeiras históricas de Mudança no modelo de escolha de Ministros e Conselheiros e do Conselho Nacional dos Tribunais de Contas, são tarefas da atualidade. Devemos adicionar as lutas pela superação de preconceitos e discriminações e em defesa do meio ambiente saudável, enfrentando a crise climática.

Tudo isso deve determinar aproximação dos Tribunais de Contas da população.

Garantir a ampliação dos quadros de Auditores e Servidores nos Tribunais de Contas Brasileiros e assegurar boa remuneração, adequadas condições de trabalho e de proteção previdenciária, é nossa motivação para ação sindical.

Estamos avançados na construção da identidade nacional das nossas categorias, já assegurada denominação de Auditores de Controle Externo em 22 Tribunais e de Auditores (com outras designações) em 29, das 33 Cortes de Contas. Logo estará completada essa tarefa de uniformizar todas as denominações.

Esperamos e lutamos por novos tempos para FENASTC e para o Brasil e os Brasileiros.

Viva os 32 anos, desde a fundação!



TRIBUNAIS DE CONTAS PELO BRASIL



Escola de Gestão e Contas do TCM promove o lançamento do livro **Contos da Cella Três: Memórias de uma presa política na ditadura**

Ontem, dia 29 de outubro de 2024, a Escola de Gestão e Contas do TCM (EGC) promoveu o lançamento do livro **Contos da Cella Três: Memórias de uma presa política na ditadura**, de Maria Amélia de Almeida Teles. Popularmente conhecida como Amelinha Teles, a autora é jornalista, escritora e ativista de direitos humanos. Durante a ditadura civil-militar, Amelinha foi presa política e ocupou a cela três na antiga sede do DEOPS em São Paulo.



Autora de diversas obras, entre elas *Breve História do Feminismo no Brasil* e *Feminismos – Ações e história de mulheres*, Amelinha compartilhou com o público suas experiências e reflexões. O evento ocorreu das 14h às 17h, no auditório da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas (EGC/TCMSP).

Público-alvo:

- Sociedade Civil
- Organizações e Associações Cívicas
- Advogados
- Estudantes
- Pessoas interessadas nas temáticas de democracia e direitos das mulheres

[Saiba mais clicando aqui](#)

LEGISLATIVOS PELO BRASIL



Câmara dá início às Audiências Públicas sobre o Orçamento da cidade para 2025

A proposta orçamentária da cidade de São Paulo para 2025, apresentada pela Prefeitura por meio do PL (Projeto de Lei) 729/2024, começará a ser debatida com a população em Audiências Públicas gerais e temáticas na Câmara Municipal de São Paulo.

As datas dos debates foram anunciadas pela Comissão de Finanças e Orçamento nesta quarta-feira (23/10). A primeira Audiência Pública geral sobre o Orçamento de 2025 da capital paulista está agendada para o dia 30/10 (quarta-feira), a partir das 10h.

Para o ano que vem, o valor estimado do orçamento é de R\$ 122,7 bilhões, representando uma alta de 9,75% em relação ao apresentado este ano (R\$ 111,8 bilhões).

[Acesse o Calendário de Audiências, clicando aqui](#)

TEXTOS CRÍTICOS



Imagem meramente ilustrativa: Reprodução

Geopolítica dos BRICS

O plano internacional poderá acompanhar, nos próximos anos, uma crescente importância geopolítica dos BRICS

por Rodolfo F. Alves Pena

Em 2001, o economista norte-americano Jim O'Neil criou expressão “BRIC” para designar o grupo dos principais países de economias emergentes que teriam a função de, até 2050, exercerem os principais passos para o crescimento da economia mundial: Brasil, Rússia, Índia e China.

Em 2006, esses países agruparam-se em um acordo diplomático, tomando algumas medidas em conjunto, formando não um bloco econômico, mas uma aproximação informal de cooperação internacional. Não obstante, esses países incorporaram a África do Sul, principal economia do continente africano, em 2011, transformando a expressão “BRIC” em “BRICS”.

As previsões econômicas realizadas sobre esses países concretizaram-se antes do esperado. Já em 2010, a China ocupava o segundo posto na economia mundial e o Brasil o sexto, algo previsto para acontecer somente em 2015. Além disso, Índia e Rússia também apresentaram bons crescimentos e devem deixar as respectivas posições de nono e décimo lugares para avançarem ainda mais no que diz respeito ao índice das maiores economias do mundo.

O resultado dos avanços desses países no campo econômico é o fato de os BRICS serem responsáveis, atualmente, por quase 65% do crescimento do PIB mundial nos últimos anos, o que lhes proporciona um valor geopolítico cada vez mais avançado no cenário internacional. Alguns teóricos chegam a afirmar que os BRICS são os novos atores da Ordem Mundial Multipolar, apesar de tal afirmação ainda ser considerada precipitada, haja vista que esses países, mesmo atuando em conjunto, ainda não possuem a força política, econômica e até militar (com exceção da China) necessária para fazer frente a Estados Unidos e União Europeia.

Em termos de atuação estratégica, os BRICS têm priorizado o aumento de suas respectivas influências no continente africano, fato que se consolidou com a própria inclusão da África do Sul no agrupamento. O destaque vai para China e Brasil, que ampliam cada vez mais a expansão de suas empresas estatais (no caso dos chineses) e privadas (no caso do Brasil, com destaque para a Vale do Rio Doce) a fim de melhor explorar os recursos naturais africanos.

Outro ponto de atuação é o atual processo de criação do Banco dos BRICS, um organismo internacional que pretende articular uma concorrência internacional direta contra as instituições financeiras que surgiram em Bretton Woods (FMI e Banco Mundial). A ideia é a concessão de empréstimos a países do sul subdesenvolvido do planeta a juros baixos e sem as contrapartidas oferecidas pelos demais órgãos, geralmente vinculadas a privatizações e medidas de austeridade econômica.

No entanto, é preciso analisar essa situação com certa cautela. Primeiramente, nunca é demais lembrar que os membros do BRICS possuem, em certa medida, interesses políticos e econômicos que, muitas vezes, não se aglutinam.

No plano econômico, China e Índia caracterizam-se pela exportação de produtos industriais e tecnológicos, bem como pela importação em massa de matérias-primas; Brasil, Rússia e África do Sul, por outro lado, exportam basicamente grandes volumes de recursos minerais e agrícolas, além de importarem tecnologias industriais. No plano político, a China e a Rússia geralmente adotam posturas internacionais mais rígidas, enquanto os demais países se postam de forma menos incisiva, com algumas poucas exceções.

Um exemplo disso foi a recente crise internacional envolvendo a Síria e os Estados Unidos, em que os norte-americanos ameaçaram invadir o território sírio. Enquanto China e Rússia reprovaram e coibiram no plano diplomático a possível ação bélica – que não chegou a se estabelecer –, Brasil, Índia e África do Sul isentaram-se de qualquer decisão, embora condenassem verbalmente um eventual ataque estadunidense.

De qualquer forma, é possível concluir que os BRICS, assim como outros países emergentes (como México, Coreia do Sul e outros), estejam exercendo papéis cada vez mais significativos no plano internacional. Mas no caso desse agrupamento, será preciso estabelecer uma maior coesão e coordenação estratégicas, com articulações políticas mais sintonizadas para que eles possam se consolidar, de fato, como uma nova ameaça à hegemonia das potências atuais internacionais.

Texto extraído de UOL/MUNDO EDUCAÇÃO

[Confira aqui](#)

Nota: Os artigos representam a opinião dos autores e não necessariamente a opinião da Diretoria do Sindilex.

As bets, a política monetária e o desespero das famílias



Imagem meramente ilustrativa: Reprodução

A ministra da Saúde Nísia Trindade afirmou que o país vive uma pandemia, pois o vício do jogo gera dependência e deveria ser tratado com o mesmo rigor com que se encarou o tabagismo

Por Maria Lúcia Fatorelli

Coordenadora da ACD Nacional

Desde que o Banco Central divulgou que brasileiros gastaram entre R\$ 18 e 21 bilhões por mês em apostas com jogos de ambiente virtual nos meses de janeiro a agosto deste ano, o tema ganhou as manchetes de grandes jornais e tomou conta da agenda de autoridades. Só em agosto, 3 bilhões de apostas vieram de beneficiários do Bolsa-Família.

A ministra da Saúde Nísia Trindade afirmou que o país vive uma pandemia, pois o vício do jogo gera dependência e deveria ser tratado com o mesmo rigor com que se encarou o tabagismo. No entanto, ao contrário desse importante alerta, esse vício tem sido instigado por intensa propaganda, inclusive com a participação de famosas celebridades de distintas áreas, e facilitado pela disponibilidade para apostar anonimamente, via celular, na palma da mão, 24 horas por dia. Já considerada uma ameaça social sob vários aspectos, as bets alcançam também jovens estudantes que estão sendo vítimas do vício instalado no país, como noticiado , o que é gravíssimo.

Além disso, há que ser considerado o fato de que o nível salarial do povo brasileiro é muito baixo; muitas pessoas não conseguem se sustentar e acabam sendo levadas a tentar um ganho fácil com apostas que, na maioria das vezes, apenas servem para consumir parte de sua renda, que já é insuficiente para suprir necessidades básicas, aumentando ainda mais o drama familiar.

O governo tem acionado vários ministérios e anunciou que estaria estudando diversas medidas para tentar impor limites a essas apostas virtuais, modalidade criada pela Lei 13.756/2018 e regulamentada por meio da Lei 14.790/2023.

As empresas que operam esse tipo de apostas – conhecidas como “bets”, palavra do idioma inglês para “apostas” – teriam que preencher uma série de requisitos previstos em lei, no entanto, a imensa maioria opera de forma irregular. De um universo anunciado de mais de 3 mil operadoras de bets no Brasil, apenas cerca de 200 empresas, ou seja, menos de 7% do total, estariam devidamente registradas no Ministério da Fazenda.

Parlamentares já reconheceram que erraram na regulamentação. Na época, a justificativa era arrecadatória, embora a taxação estabelecida seja pífia. De acordo com a Lei 14.790/2023, “Do produto da arrecadação após a dedução das importâncias de que tratam os incisos III [prêmios pagos a apostadores] e V [imposto de renda sobre prêmios pagos a apostadores] do caput deste artigo, 88% (oitenta e oito por cento) serão destinados à cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador da loteria de apostas de quota fixa e demais jogos de apostas, excetuadas as modalidades lotéricas previstas nesta Lei, e 12% (doze por cento) terão as seguintes destinações: (...) áreas sociais como educação, segurança pública, esporte, seguridade social”.

Ou seja, de tudo que as operadoras de bets arrecadam de apostadores, deduzem os valores dos prêmios pagos e o imposto de renda incidente sobre esses prêmios, e ficam com 88% da sobra. Apenas 12% dessa sobra são destinados a investimentos sociais. Assim, a arrecadação com essas apostas não é tão significativa assim, se comparada ao dano que têm provocado às pessoas, famílias e à economia.

Estudo da Confederação Nacional do Comércio (CNC) fez várias comparações que relacionaram a queda no consumo das famílias com o aumento no volume das apostas virtuais e comprovou que essas apostas têm provocado prejuízo bilionário ao comércio. O estudo evidencia que as pessoas estão deixando de adquirir bens de consumo e deixando de pagar suas dívidas para gastar com apostas.

Esse prejuízo ao comércio, comprovado pela CNC, afeta as contas públicas, tendo em vista que os tributos incidentes sobre o consumo também deixam de ser arrecadados. Prejudica também as famílias, tendo em vista que se o setor vende menos, empregará menos.

Por sua vez, o Banco Central (BC) tem monitorado os dados que relacionam o aumento da inadimplência com o crescimento acelerado do volume de apostas. Tem também monitorado os impactos inflacionários das apostas virtuais. O mais grave é que o BC tem usado esses componentes da inadimplência e da inflação para justificar insanas elevações de juros e, dessa forma, afeta de forma negativa todo o conjunto da economia.

Antes da divulgação dos exagerado volume de apostas pelo BC, o governo justificava a regulamentação dessas bets dizendo que poderia arrecadar R\$ 12 bilhões anuais. Porém, além de não computar os graves danos e prejuízos que essas apostas têm provocado, essa possível arrecadação de R\$ 12 bilhões equivale a apenas 2 dias e algumas horas de pagamento de juros e amortizações da dívida pública federal, que tem sido um ralo constante de recursos públicos, direcionados principalmente para grandes bancos e corporações que usufruem dos mecanismos financeiros desse Sistema da Dívida, a exemplo da Bolsa-Banqueiro. Os sucessivos governantes e parlamentares se negam a cumprir a Constituição e auditá-la, o que possibilitaria reduzir as desigualdades

sociais e reforçar a função social do Estado, ao contrário do que fazem as apostas virtuais, que têm levado a uma degradação ainda mais profunda do tecido social no Brasil.

Em resumo, o exagerado volume de apostas tem significado um drama para famílias que lidam com o vício; tem provocado impacto negativo ao comércio, e, ao influenciar no patamar dos juros, prejudica toda a economia do país.

O sociólogo e professor da USP, Prof. José Pastore, afirma que a dependência a jogos já está consagrada na literatura psicológica, tal como a dependência a entorpecentes e drogas. Por isso, ele questiona: “As apostas devem ser regulamentadas (para arrecadar algum tributo) ou proibidas?”

Diante dos danos que vão do desespero familiar à política monetária do país, passando por graves desajustes que assumem distintos aspectos, as apostas virtuais deveriam ser urgentemente proibidas.

Artigo publicado no ExtraClasse

[Confira aqui](#)

Nota: Os artigos representam a opinião dos autores e não necessariamente a opinião da Diretoria do Sindilex.

INFORMES IMPORTANTES

NOVEMBRO



PLANTÃO JURÍDICO
online
com Advogados

PARTICIPE!

PAUTA

Ação de Migração
para a Previdência Complementar

DIA 05/11
HORÁRIO 11H



[Acesse o zoom pelo QR Code ou no link abaixo](#)

[Acesse aqui](#)

PLANTÃO JURÍDICO
online
com Advogados

PARTICIPE!

PAUTA

Ação de diferenças do PASEP

DIA 19/11
HORÁRIO 11H



[Acesse o zoom pelo QR Code ou no link abaixo](#)

[Acesse aqui](#)

MASSOTERAPIA

ADRIANA VALÉRIA RIBEIRO



Melhores benefícios da *Drenagem Linfática*

1. Redução de inchaços e edemas;
2. Eliminação de toxinas acumuladas;
3. Melhora a circulação, contribuindo para uma pele mais saudável;
4. Alívio de dores musculares;
5. Redução da celulite ao melhorar a circulação e reduzir o surto;
6. Relaxamento e redução de estresse;
7. Fortalecimento do sistema imunológico;
8. Melhora a digestão, pois ajuda na movimentação do sistema digestivo

AGENDE SUA CONSULTA: (11) 3104.1023

ESTÉTICA AVANÇADA

DRA. MARGARETE HAMAMURA

- Tricologia
- Estética Facial
- Harmonização Facial
- Estética Corporal
- Fios Tecnológicos
- Eletroterapias
- Intradermoterapia



MEDICINA TRADICIONAL CHINESA

- Acupuntura Tradicional
- Acupuntura Estética
- Moxabustão
- Ventosas
- Laserpuntura
- Eletroacupuntura
- Auriculopuntura



AGENDE SUA CONSULTA: (11) 3104.1023

AÇÕES JUDICIAIS

Acompanhe as matérias com ações judiciais em andamento e outras possíveis de se ingressar

Atenção servidor, fique atento ao seu saldo do PASEP



Ação PASEP

Programa de formação do Patrimônio do Servidor Público

Histórico

No início do mês de outubro, o Superior Tribunal de Justiça no Tema 1.150, fixou teses sobre a responsabilidade do Banco do Brasil por saques indevidos ou má gestão dos valores em contas vinculados ao PASEP.

Portanto, aqueles que se tornaram servidores públicos antes da promulgação da Constituição Federal de 1988, podem ter direito à restituição de quantias significativas se forem detectadas irregularidades em seus extratos de conta PASEP.

Finalidade da Ação

A ação visa o ressarcimento de danos ocorridos em razão do desfalque em conta individual vinculada ao PASEP.

Perguntas e respostas sobre o PASEP

1) Existe data-limite para ingressar com a ação?

- Não existe limite. O prazo prescricional vai começar a correr após a entrega dos documentos pelo banco.

2) Os filhos podem entrar em nome de pais falecidos?

- Os filhos podem entrar com a ação em nome dos pais falecidos. A dificuldade que eles podem encontrar é de obter o extrato do PASEP junto ao Banco do Brasil.

Honorários

1) Análise do extrato e verificação da existência de saldo a ser cobrado na ação:

- R\$ 500,00 para filiado Sindilex
- R\$ 600,00 para não filiado Sindilex

2) Se houver saldo:

2.1) Ajuizamento da ação:

- R\$ 500,00 para filiado Sindilex
- R\$ 600,00 para não filiado Sindilex

2.2) 20% do valor a ser recebido.

Procedimento

1) Solicitar extrato da conta PASEP junto ao Banco do Brasil:

• **Requerimento Extratos do PASEP:**

[Clique aqui para acessar o formulário](#)

Obs: Para os períodos anteriores a 1999, solicitar extrato ao Banco do Brasil em formato microfilmado.

2) Encaminhar extrato para o Sindilex:

Email: sindilex@sindilex.org.br

Whatsapp: (11) 96607-9578

3) Documentação adicional

• **Contrato de consultoria dos cálculos (fase preliminar)**

[Clique aqui para acessar o formulário \(filiado ao Sindilex\)](#)

[Clique aqui para acessar o formulário \(não filiado ao Sindilex\)](#)

• **Procuração**

[Clique aqui para acessar o formulário](#)

• **Contrato de serviços advocatícios**

[Clique aqui para acessar o formulário \(filiado ao Sindilex\)](#)

[Clique aqui para acessar o formulário \(não filiado ao Sindilex\)](#)

• **Documento de identidade (RG) e CPF**

• **Comprovante de endereço**

Painel de Ações Judiciais em andamento

O Sindilex impetrou várias ações coletivas e individuais, visando defender os interesses dos servidores da categoria.

[Para mais detalhes, veja o resumo e acompanhe o status atualizado das ações clicando aqui](#)



Este foi o boletim Sindilex com as últimas atualizações e informações relevantes. Para manter-se sempre informado e participativo, não deixe de nos acompanhar. Além disso, estamos abrindo um canal especial para perguntas e sugestões, reforçando nosso compromisso com a transparência e a participação de todos. Compartilhe suas ideias e contribua para um Sindilex ainda mais representativo. Aguardamos o seu contato!

Ousar lutar, ousar vencer.

Visite nosso site www.sindilex.org.br e saiba mais